

A economia política e o programa do Foro de São Paulo

The political economy and the programme of the São Paulo Forum

Jackson silva ribeiro*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2026.174.013>

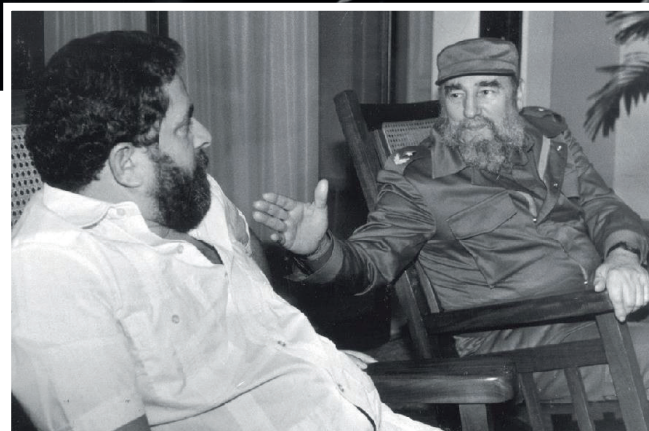


Acervo Foro de S. Paulo / Memorial da Democracia



Encontro inaugural do Foro de São Paulo, que reuniu 48 delegações provenientes de 14 nações da América Latina e Caribe no Hotel Danúbio, em São Paulo (SP), entre 2 e 4 de julho de 1990.

No destaque, encontro, na mesma ocasião, entre Lula e o então primeiro-secretário do Partido Comunista de Cuba, Fidel Castro



RESUMO

O Foro de São Paulo (FSP) é uma entidade que reúne partidos e organizações de esquerda da América Latina e Caribe, fundado por iniciativa do Partido dos Trabalhadores (Brasil) e pelo Partido Comunista de Cuba. O objetivo geral deste artigo é identificar a existência de uma “economia política” do FSP, entendida como uma interpretação acerca do capitalismo no mundo e na América Latina e Caribe, com destaque para a análise do imperialismo e do neoliberalismo, bem como das alternativas que a região pode adotar. O objetivo específico é analisar as declarações finais emitidas pelos encontros do FSP, com destaque para o documento “Consenso de Nossa América”, elaborado em 2017 pela entidade. A nossa hipótese é que o documento visa conceber um *corpus* teórico mínimo para o Foro, servindo de orientação estratégica e programática para as esquerdas da região diante dos acontecimentos mundiais e regionais pós-crise de 2008, sendo, portanto, uma expressão de sua “economia política”. A metodologia utilizada é a análise de conteúdo dos documentos finais dos encontros do FSP publicados entre 1990 e 2023. O artigo pretende contribuir para o debate acadêmico sobre o papel e a relevância do FSP como um ator político regional, de maneira a compreender as dinâmicas e dilemas da esquerda na América Latina e Caribe no século XXI.

Palavras-chave: Consenso de Nossa América. Foro de São Paulo. Economia política. América Latina.

ABSTRACT

The São Paulo Forum is an organization that brings together left-wing parties and organizations from Latin America and the Caribbean, founded at the initiative of the Workers' Party (Brazil) and the Communist Party of Cuba. The general objective of this article is to identify the existence of a “political economy” of the São Paulo Forum, understood as an interpretation of capitalism in the world and in Latin America and the Caribbean, with particular emphasis on the analysis of imperialism and neoliberalism, as well as on the alternatives that the region may adopt. The specific objective is to analyze the final statements issued at São Paulo Forum meetings, with particular attention to the document “Consensus of Our America,” drawn up by the organization in 2017. Our hypothesis is that this document seeks to articulate a minimal theoretical corpus for the Forum, serving as strategic and programmatic guidance for the left in the region in light of global and regional developments following the 2008 crisis, and thus constituting an expression of its “political economy.” The methodology employed is a content analysis of the final documents of São Paulo Forum meetings published between 1990 and 2023. The article aims to contribute to the academic debate on the role and relevance of the São Paulo Forum as a regional political actor, in order to better understand the dynamics and dilemmas of the left in Latin America and the Caribbean in the twenty-first century.

Keywords: Our America's Consensus. São Paulo Forum. Political economy. Latin America.

1. INTRODUÇÃO

No mês de julho do ano de 1990, no Hotel Danúbio, em São Paulo (SP), foi efetivada a concepção oriunda de um diálogo entre o então primeiro-secretário do Partido Comunista de Cuba, Fidel Castro, e o líder do Partido dos Trabalhadores (PT) brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva. Conforme elucidado por Regalado e Pomar (2013), no intervalo compreendido entre os dias 2 e 4 do referido mês, ocorreu um encontro histórico que congregou 48 delegações provenientes de 14 nações da América Latina e Caribe. Tal evento, além de representar um marco sem precedentes ao reunir um espectro tão diversificado de representantes da esquerda da região em um único seminário, se consagrou oficialmente como o I Encontro do Foro de São Paulo.

Na década de 1980, as nações da América Latina e Caribe foram assoladas por significativas fragilidades econômicas e turbulências financeiras. A crise em questão era caracterizada por uma série de fatores críticos: um déficit orçamentário governamental considerável; níveis de poupança pública negativos ou insuficientes; um volume de endividamento público, tanto externo quanto interno, desproporcionalmente elevado; uma notória escassez de crédito estatal, e uma perceptível erosão da credibilidade dos governos vigentes (Bresser-Pereira, 1991).

No contexto dos países desenvolvidos, Regalado (2008) rememora que, sob a administração de Ronald Reagan (1981-1989), o imperialismo estadunidense adotou uma estratégia de ofensiva sistemática à União Soviética e ao conjunto das nações socialistas. Essa estratégia estava ancorada na aceleração da competição armamentista e na promoção de dissensões internas no seio do bloco soviético, bem como no recrudescimento das políticas em relação aos aliados tradicionais dos EUA na Europa Ocidental e no Japão. Reagan, em concordância com Margaret Thatcher, então primeira-ministra do Reino Unido, empenhou-se em assegurar a infraestrutura econômica, política e militar que se fazia imprescindível para que os proponentes do neoliberalismo dessem início à instauração de uma hegemonia global do capital financeiro, conforme apontado por Pomar (2016). É imperativo destacar, ademais, que as discrepâncias internas inerentes ao modelo de “socialismo real” se agravaram durante a década de 1980, resultando na desintegração do bloco soviético¹.

No contexto da complexidade e dos desafios que permeavam o cenário internacional, em 1990 ocorreram os debates do Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e do Caribe. Conforme narrado por Melo (2016), esse seminário contou com a participação de uma diversidade de organizações de esquerda, incluindo comunistas, trotskistas, sociais-democratas e progressistas, cujas divergências ideológicas contribuíram para o enriquecimento analítico das discussões.

O caráter amplo e plural do seminário conduziu, conforme assinalam Regalado e Pomar (2013), à constituição de um comitê organizador para a nova reunião, no México. O Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e Caribe não configurou o ato de fundação do Foro de São Paulo, mas, curiosamente, o II Encontro (1991), em retrospectiva, passou a designar aquele seminário como o encontro fundador do FSP. A partir desse momento, o FSP consolidou-se como uma entidade de caráter permanente.

Nosso objetivo neste artigo é identificar a existência de uma “economia política” do FSP, concebida como uma interpretação acerca do capitalismo no mundo e na América Latina

¹ Uma análise detalhada dos aspectos internos que levaram à queda da URSS se encontra em Keeran e Kenny (2008).

Ao investigar a evolução do *corpus* teórico do FSP, estamos, de fato, examinando a essência da economia política das forças progressistas e de esquerda da América Latina e Caribe

e Caribe, com destaque para a análise do imperialismo e do neoliberalismo, bem como das alternativas que a região pode adotar. Utilizando as declarações finais produzidas pelos encontros do Foro realizados entre 1990 e 2023, procuramos identificar a construção de uma compreensão sobre o capitalismo e sua dinâmica, especialmente no que concerne à América Latina e Caribe. Analisamos ainda o chamado “Consenso de Nossa América”, um documento formulado pela entidade que visa conceber um *corpus* teórico mínimo para o Foro de São Paulo, servindo de orientação estratégica e programática para as esquerdas da região. Assim, identificamos no “Consenso” uma expressão da “economia política” do FSP.

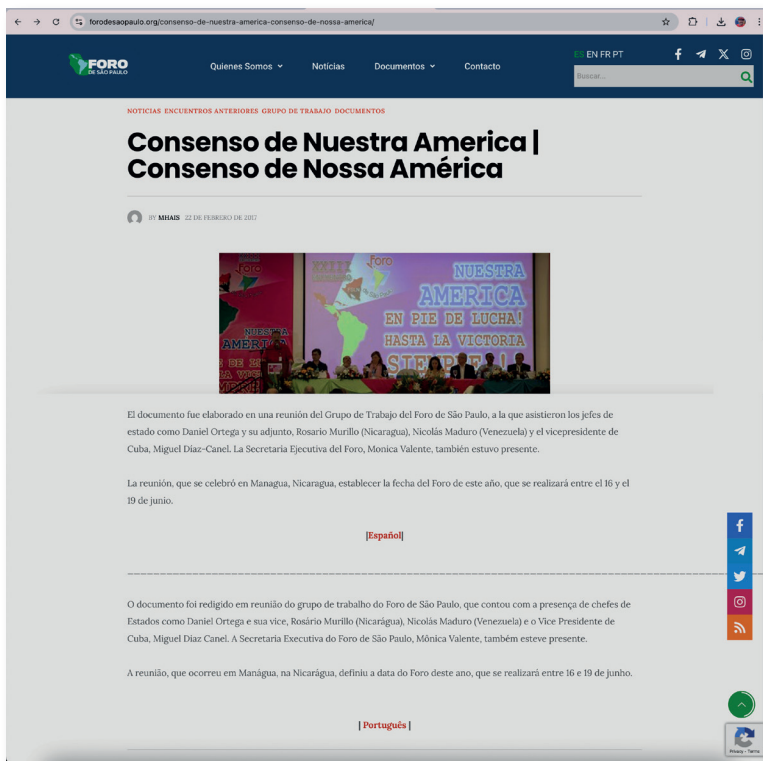
O presente artigo está estruturado em sete seções, incluindo a presente introdução: a próxima faz um compêndio histórico do FSP e elucida seus principais aspectos organizacionais; a terceira expõe os elementos cruciais discernidos em sua “economia política”; a quarta é dedicada ao debate sobre a existência de um *corpus* teórico da entidade; a quinta faz uma análise concisa do documento “Consenso de Nossa América”; a sexta seção elucida o modo pelo qual a entidade, mediante a formulação de um documento programático e estratégico, almeja contribuir para a formação de um *contrabloco histórico* das esquerdas na América Latina e Caribe; na conclusão, concatenam-se os elementos expostos neste artigo.

2. BREVE HISTÓRICO E ASPECTOS ORGANIZACIONAIS DO FSP

Entre os anos de 1990 e 2023, o Foro de São Paulo consolidou-se como um espaço de articulação política, realizando 26 encontros presenciais.

Para compreender a trajetória e o desenvolvimento do FSP, é imperativo considerar a análise de Regalado (2015), que postula que tal entidade não emergiu de um singular ato de fundação, mas sim de uma série de eventos constitutivos que incluem os encontros de São Paulo, capital (1990), Cidade do México (1991), Manágua (Nicarágua, 1992) e Havana (Cuba, 1993). É plausível que uma coalizão política, na qual se entrelaçam as mais variadas famílias da esquerda latino-americana e caribenha, tenha se consolidado por meio de um processo complexo e enfrentado desafios que ameaçaram sua integridade estrutural.

Nesse período inicial foram estabelecidas as diretrizes administrativas e estruturais fundamentais da organização. A denominação da entidade foi estabelecida durante o II Encontro, ocorrido no México em 1991. Conforme elucidado por Regalado e Pomar (2013), a escolha do nome foi estratégica, pois, além de indicar a continuidade do Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e do Caribe, promoveu a integração de um leque diversificado de partidos políticos do espectro esquerdista latino-americano



Página eletrônica do Foro de São Paulo na qual se encontra o documento “Consenso de Nossa América”, que visa conceber um corpus teórico mínimo para a organização

e caribenho. Assim, optou-se por nomear a organização como *Foro de São Paulo*, visando à manutenção da diversidade interna da entidade em formação. A organização emergente não visava primariamente estabelecer um programa político inflexível, mas sim constituir-se em um espaço de excelência para o diálogo e a formulação de iniciativas conjuntas entre as esquerdas e o campo progressista do subcontinente.

No III Encontro do Foro, realizado na Nicarágua em 1992, o preexistente Grupo de Coordenação, até então encarregado da estruturação do evento, foi renomeado como Grupo de Trabalho (GT). Conforme elucidado por Regalado e Pomar (2013), esse órgão assumiria, subsequentemente a tal encontro, a incumbência de arquitetar e implementar as ulteriores reuniões da entidade. A nomeação do Grupo de Trabalho ocorreu em consonância com as deliberações plenárias dos encontros do FSP, ancoradas nas proposições advindas do Grupo de Trabalho do encontro progressivo. O III Encontro foi notabilizado por duas questões intrinsecamente vinculadas: 1) a evolução das discrepâncias que vinham se intensificando desde o I Encontro, as quais quase culminaram na cisão da entidade²; 2) o empenho dos partidos e movimentos políticos na busca de estratégias para prevenir a fragmentação do FSP³.

2 Segundo Regalado (2008), as disputas internas ao Foro se deram por quatro problemas principais: 1) a aceitação ou não do documento-base proposto pelo (ainda) Grupo de Coordenação; 2) a definição dos critérios para admitir na entidade organizações que não contassem com apoio unânime; 3) o estabelecimento de um método de renovação dos integrantes do Grupo de Coordenação; 4) a discussão da correlação interna de forças no FSP.

3 A reestruturação do Grupo de Coordenação, que passou a ser denominado Grupo de Trabalho, e a criação das diretrizes gerais de seu funcionamento, aprovadas no IV Encontro, são consequências diretas desse interesse que manteve a unidade da entidade. Em Regalado (2008), há o desenvolvimento detalhado de tais acontecimentos.

O IV Encontro, realizado em Havana em 1993, foi um marco decisivo do processo de institucionalização do Foro de São Paulo. Como pontuam Regalado e Pomar (2013), foi numa reunião do Grupo de Trabalho do FSP⁴, realizada em 1993, que foram aprovadas as normas para o funcionamento da entidade. O documento estipulava as diretrizes gerais para a adesão de partidos políticos, além de questões administrativas. Ademais, a admissão de novos integrantes deveria ser submetida à apreciação do GT. Este, por sua vez, assumiu a função de órgão coordenador e executor dos pactos estabelecidos pelo Foro nos interstícios dos encontros. O IV Encontro consagrou a definição do FSP como um lócus de confluência de partidos, organizações e movimentos de esquerda da América Latina e Caribe, objetivando constituir-se em espaço de reflexão, análise, debate e delineamento de estratégias de atuação conjunta entre seus afiliados.

No contexto organizacional e administrativo, o V Encontro do Fórum de São Paulo, ocorrido em Montevideu (Uruguai) em 1995, revestiu-se de significativa importância ao ratificar a instituição de uma Secretaria-Executiva. Esse órgão foi incumbido de implementar as deliberações emanadas das sessões plenárias anuais, bem como das reuniões do Grupo de Trabalho. Desde o advento dessa estrutura, as nomeações para a Secretaria-Executiva⁵ têm sido prerrogativa do PT, do Brasil. Ademais, estabeleceu-se a formação de secretarias sub-regionais, ampliando a capacidade operacional do Foro.

Assim, os primeiros encontros do FSP delinearam os aspectos administrativos e organizacionais da entidade. Atualmente as secretarias sub-regionais da entidade são a Subsecretaria do Cone Sul⁶, a Subsecretaria Andino-Amazônica⁷ e a Subsecretaria Mesoamericana e Caribenha⁸. Compete à Secretaria-Executiva a responsabilidade de assegurar a implementação das decisões proferidas pelas reuniões das subsecretarias⁹.

Feito esse breve histórico, enfatizando os aspectos organizacionais e administrativos, passemos à análise da constituição de uma “economia política” do FSP.

3. A CONSTRUÇÃO DE UMA *ECONOMIA POLÍTICA* DO FSP

A emergência da economia política enquanto ciência está inextricavelmente ligada ao processo de consolidação do capitalismo como modo de produção predominante. Lange (1981) destaca que a proliferação da economia baseada no comércio mercantil, na circulação monetária e no capital comercial, particularmente nos Países Baixos, no norte da França e na Inglaterra, em paralelo com o surgimento da indústria, precipitou a necessidade de investigações aprofundadas acerca das regularidades da economia nacional em formação. Tal necessidade se estendia à aplicação desses conhecimentos acumulados na formulação

⁴ O rol dos partidos pertencentes atualmente ao Grupo de Trabalho se encontra disponível em Foro de São Paulo (s.d.[b]).

⁵ Até hoje, os responsáveis pela Secretaria-Executiva do FSP foram: Marco Aurélio Garcia, Aloizio Mercadante, Paulo Delgado, Paulo Ferreira, Valter Pomar e Monica Valente.

⁶ É composta pelos seguintes países: Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Brasil. Cabe destacar que a Bolívia, da Subsecretaria Andino-Amazônica, também participa de reuniões da Subsecretaria do Cone Sul.

⁷ É composta pelos seguintes países: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Cabe destacar que o Chile, da Subsecretaria Cone Sul, também participa de reuniões da Subsecretaria Andino-Amazônica.

⁸ É composta pelos seguintes países: Aruba, Barbados, Belize, Costa Rica, Cuba, Curaçau, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Martinica, México, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Santa Lúcia e Trindade e Tobago. Porto Rico — protetorado dos EUA — também faz parte dessa subsecretaria.

⁹ A lista de organizações do Foro de São Paulo se encontra disponível em Foro de São Paulo (s.d.[a]).

Em síntese, os três alicerces da entidade consistem no combate ao neoliberalismo, na resistência ao imperialismo e no empenho em prol de uma integração regional que seja soberana e autônoma

da política econômica estatal, visando à otimização da gestão dos recursos e à promoção do desenvolvimento econômico.

A ciência da economia política, fundamentada em análises empíricas históricas, conforme elucidado por Lange (1981), desenvolveu abstrações que permitem a generalização lógica de dados históricos, estabelecendo assim categorias e princípios econômicos fundamentais. Nesse contexto, a economia política é conceituada como

a ciência das leis sociais que regem a produção e a distribuição de bens materiais para atender às necessidades humanas. [...] É por isso que comumente se diz que a economia política é a ciência da atividade econômica ou da administração (trata-se aqui de atividade econômica executada por seres humanos vivendo em sociedade). A produção tem lugar em condições de cooperação social entre pessoas, envolvendo não apenas a cooperação, mas também a divisão do trabalho, que é, por sua própria natureza, um ato social. A natureza social da administração indica que seus métodos constituem resultado do desenvolvimento histórico. As leis que regem a produção e a distribuição também são de natureza histórica (Lange, 1981, p. 49).

É imperativo ressaltar que nossa abordagem da *economia política* busca ressoar a concepção articulada por Marx (1956) no manifesto inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), no qual ele proclamou que a legislação da jornada laboral de 10 horas representou o triunfo do princípio da economia política da classe operária sobre a economia política da burguesia. Portanto, ao investigar a evolução do *corpus* teórico do FSP, estamos, de fato, examinando a essência da economia política das forças progressistas e de esquerda da América Latina e Caribe.

Os encontros do Foro engendram duas categorias primordiais de documentos: os documentos-base e os documentos finais. Os primeiros emergem como resultado de um debate, preliminar a cada encontro, conduzido pelo Grupo de Trabalho do FSP, caracterizando-se por sua complexidade e elevado nível de especialização. Os últimos são concebidos ao término de cada encontro da organização, por meio de um consenso entre todas as entidades políticas participantes, visando à criação de um texto conciso para propagação pública, e, por conseguinte, apresentam-se como documentos de natureza mais simplificada em termos analíticos. Nossa preferência recai sobre a análise dos documentos finais, haja vista que estes refletem com maior amplitude o pensamento coletivo dos integrantes do Foro de São Paulo,

em contrapartida aos documentos-base, que, apesar de sua maior complexidade teórica, espelham predominantemente as perspectivas do Grupo de Trabalho e dos representantes dos países anfitriões dos encontros.

Foi efetuada uma análise manual qualitativa dos 26 documentos finais firmados pela instituição entre 1990 e 2023. Em virtude da quantia limitada de documentos, optou-se pela análise manual empregando o *software* Microsoft Word, com o intuito de estabelecer e interligar termos associados ao conceito de *economia política*, incluindo: *capitalismo, imperialismo, neoliberalismo, soberania, socialismo, integração e desenvolvimento*. A seleção desses termos levou em consideração a trajetória histórica do FSP, enfatizando as categorias que, presumivelmente, em decorrência da progressão da entidade, demandaram uma vigilância analítica acentuada por parte dela. Assim, buscou-se elucidar a formação e progressão de um *corpus* teórico pertinente à entidade.

Avancemos, portanto, para a articulação das conclusões e descobertas mais significativas decorrentes da investigação empírica dos documentos finais dos encontros do Foro de São Paulo, as quais se referem intrinsecamente à economia política.

4. EXISTE UM *CORPUS* TEÓRICO DO FSP?

A investigação qualitativa empreendida sobre as declarações finais dos encontros do Foro de São Paulo infere que a entidade desenvolveu uma perspectiva analítica acerca do capitalismo e suas manifestações, com especial atenção para as peculiaridades observadas na América Latina e Caribe. Contudo, em virtude da essência intrínseca do Foro, que é ser receptáculo de uma ampla gama de organizações progressistas da região, a interpretação resultante é inevitavelmente influenciada por essa diversidade. Tal diversidade é consciente das discrepâncias internas e se distingue por uma ausência de centralismo em termos doutrinários ou teóricos.

Conforme elucidado por Melo (2016), uma das propriedades distintivas que teoricamente circunscrevem o Foro de São Paulo é a sua natureza de coalizão que se opõe tanto ao neoliberalismo quanto ao imperialismo. Valter Pomar acrescenta que um outro elemento fundamental do FSP reside na aspiração à integração regional (Paes *et al.*, 2023). A própria organização enfatiza tais princípios e valores (Foro de São Paulo, 2020) como diretrizes primordiais de sua atuação. Em síntese, os três alicerces da entidade consistem no combate ao neoliberalismo, na resistência ao imperialismo e no empenho em prol de uma integração regional que seja soberana e autônoma.

Baseando-se nessas premissas fundamentais e no arcabouço teórico de suas “fontes e elementos constituintes”¹⁰, é possível identificar certos aspectos cruciais da economia política do FSP. Esta é concebida não como uma doutrina inflexível e sistematizada, mas como uma confluência de valores e preceitos que se manifestam através de uma dinâmica de

10 O conceito em questão, inspirado na obra seminal de Lênin *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo* (1913), procura elucidar os três pilares fundamentais sobre os quais o marxismo foi erigido: a filosofia alemã, a economia política britânica e o socialismo francês. Nesse contexto, as “fontes e partes constitutivas” do FSP representam o legado das múltiplas tradições teóricas e práticas dos partidos e organizações que o formam e têm contribuído para o seu desenvolvimento histórico.



Estudante carrega cartaz com retrato de José Martí, herói nacional cubano (1853-1895), durante desfile em Havana

“unidade e luta”¹¹. Levando em conta objetivos históricos de longo prazo, objetivos intermediários e objetivos mais políticos, tais valores e preceitos são:

1. O debate sobre as alternativas ao capitalismo, tendo como horizonte o socialismo do século XXI, que respeitará a diversidade, a pluralidade, a democracia, a justiça e a sustentabilidade.
2. A oposição ao imperialismo e a procura por alternativas a ele, que se caracteriza pela interferência nas nações da América Latina e Caribe, pela imposição de um modelo econômico, social e político que reflete os desejos das potências hegemônicas, particularmente os EUA.
3. A resistência ao neoliberalismo e a busca de alternativas a essa doutrina, caracterizada pela implementação de políticas de ajuste estrutural, privatizações, financeirização dos mercados e desindustrialização regional.
4. A aceleração do processo de unificação e integração regional, fortalecendo os mecanismos de cooperação, solidariedade e complementaridade entre os países, como a Unasul (União de Nações Sul-Americanas), a Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), a Alba (Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América), o Mercosul (Mercado Comum do Sul) e a PetroCaribe (acordo regional de fornecimento de petróleo entre Venezuela e Estados-membros do Caribe).
5. A conquista e a defesa dos espaços de poder popular, especialmente os governos nacionais, que permitem implementar políticas públicas de desenvolvimento, inclusão social, democracia participativa e soberania nacional, além de

¹¹ Em virtude da natureza multifacetada do FSP, nele coexistem distintas tradições teóricas das esquerdas, o que se reflete nas interpretações que a entidade faz sobre o desenvolvimento capitalista e as alternativas propostas a ele. Assim, a construção do *corpus* teórico da entidade se realiza em permanente unidade de contrários que se inter-relacionam. Para uma análise da lei dialética da unidade e da luta dos contrários, consultar Lênin (2018, p. 329-337).

enfrentar os obstáculos econômicos, políticos, sociais, culturais e ideológicos que se opõem à transformação qualitativa da sociedade.

6. O apoio aos movimentos sociais, aos povos originários, aos afrodescendentes, às mulheres, aos jovens, aos trabalhadores, aos camponeses, aos imigrantes e a todos os setores excluídos e oprimidos pela ordem capitalista.

Conforme elucidado por Regalado (2015), o FSP, ao se configurar como uma entidade de caráter político, encontra-se inexoravelmente submetido às vicissitudes históricas e conjunturais, as quais conferem uma complexidade adicional ao seu discurso. Tal dinâmica manifesta-se igualmente na construção do *corpus* teórico da organização, evidenciando a intersecção entre a teoria e a prática no âmbito das deliberações políticas.

Na análise empírica, um paradigma que se destacou foi a dinâmica do socialismo, preponderante na fase inicial da entidade em questão. Essa fase foi marcada pelas repercussões da dissolução do bloco soviético nos movimentos de esquerda na América Latina e Caribe. Contudo, observou-se uma gradativa moderação dessa tendência, sobretudo com o advento de governos afiliados aos partidos da referida entidade. Esses governos introduziram debates sobre o desenvolvimento das economias latino-americanas sob a égide dos princípios de mercado e da lógica da acumulação capitalista.

No início do século XXI, a emergência de governos progressistas e de inclinação esquerdista propiciou um cenário no qual o Foro de São Paulo emergiu como uma entidade influente, conforme elucidado por Regalado (2015). Ademais, o FSP foi instrumental na promoção de um diálogo direto entre líderes das organizações de esquerda e progressistas da América Latina e Caribe, culminando em um aprofundamento da compreensão mútua e na ampliação da cooperação inter-regional.

A crise do capitalismo em 2008¹² precipitou uma reconfiguração substancial do panorama internacional. Especificamente na América Latina e Caribe, evidenciou-se uma reação vigorosa do imperialismo, impactando diretamente os governos associados ao FSP. Consequentemente, emergiu nessa organização a necessidade premente de desenvolver uma avaliação teórica e contextual aprofundada acerca do capitalismo, bem como uma revisão metódica das estratégias e táticas imperialistas, entre outros desafios iminentes.

A ascensão de movimentos progressistas e de esquerda no panorama político institucional da América Latina e Caribe, aliada à crise econômica global iniciada em 2008, impeliu uma contraofensiva imperialista, em especial por parte dos EUA. Em face desses eventos, o FSP foi compelido a articular, pela primeira vez em sua trajetória, um documento visando à instituição de um núcleo teórico fundamental. Esse documento, intitulado “Consenso de Nossa América”, objetiva fornecer um marco estratégico e programático para as forças de esquerda e progressistas da região, delineando assim um *corpus* teórico que sirva de alicerce para o debate e ação política.

Na subsequente seção, procederemos a uma concisa análise do documento programático “Consenso de Nossa América”, o qual, conforme nossa interpretação, constitui o pilar central e imprescindível da economia política delineada pelo FSP.

¹² Para uma exploração metódica das origens, efeitos e amplitude da crise capitalista de 2008, consultar Varoufakis (2016).

As diversas análises e prognósticos efetuados pelo FSP revelaram-se acurados ao antecipar a reação conservadora na região, bem como formaram um alicerce teórico sobre o qual se fundamentam os êxitos recentes das forças progressistas em nações como Brasil e Colômbia

5. O FSP E SEU PROGRAMA, O “CONSENSO DE NOSSA AMÉRICA”

O “Consenso de Nossa América” (Foro de São Paulo, 2017) foi elaborado pelo Grupo de Trabalho do FSP¹³ e apresentado aos partidos membros da entidade em janeiro de 2017. Assim, o referido documento faz um exame detalhado das condições econômicas, políticas e sociais da região, o qual constitui um vetor estratégico imprescindível para o embate e superação da contraofensiva neoliberal em curso no contexto latino-americano e caribenho.

Esse documento foi concebido como uma refutação ao “Consenso de Washington”, termo cunhado pelo economista John Williamson em 1989 para caracterizar um espectro de políticas públicas com tendências liberalizantes. Segundo a análise de Bresser-Pereira (1991), o cerne dessas políticas reside na fomentação da estabilidade macroeconômica, viabilizada pelo estabelecimento de diretrizes fiscais restritivas e pela execução de políticas econômicas de cunho ortodoxo, nas quais o mercado assume um papel central. Ademais, ressalta-se a necessidade imperativa de uma diminuição substancial na estrutura e no escopo das funções governamentais no âmbito econômico.

O documento produzido pelo FSP evoca ainda a obra seminal de José Martí, intitulada “Nossa América”, na qual o grande prócer da independência cubana advogava fervorosamente pela coesão inquebrantável das repúblicas latino-americanas. Tal união visava

13 A elaboração de um roteiro para um programa político do FSP foi uma iniciativa do Departamento de Relações Internacionais do Partido Comunista de Cuba, sob a tutela de José Ramón Balaguer Cabrera. Instaurado no ano de 2015, o procedimento para esboçar as estratégias iniciais foi empreendido com essa finalidade específica. No exercício subsequente, por ocasião do XXII Encontro do Foro, procedeu-se à formação de um comitê especializado destinado à avaliação preliminar do esboço proposto. Em continuidade, instituiu-se uma comissão dedicada exclusivamente à redação, que, em sinergia com o Grupo de Trabalho da entidade, dedicou-se a um sistemático processo de deliberação e escrutínio crítico, que culminou na formulação da versão definitiva do documento. Para uma compreensão aprofundada sobre a concepção do “Consenso de Nossa América”, recomenda-se Regalado (2023).

à superação do legado colonial e à concepção de um novo paradigma de integração, capaz de confrontar os desafios impostos pela modernidade emergente. No século XIX, Martí já preconizava a necessidade de vigilância contra os perigos inerentes ao expansionismo do denominado “vizinho formidável” (EUA), argumentando:

O perigo maior da Nossa América é o desdém do vizinho formidável, que não a conhece; e urge, porque o dia da visita está próximo, que o vizinho a conheça, a conheça logo, para que não a desdenhe. Por ignorância chegaria, talvez, a colocar nela a cobiça. Pelo respeito, assim que a conhecesse, tiraria dela as mãos. Há que se ter fé no melhor do homem e desconfiar do pior dele. Há que se dar oportunidade ao melhor para que se revele e prevaleça acima do pior (Martí, 2011, p. 32).

Desse modo, deduz-se imediatamente do nome do documento a existência de duas propriedades intrínsecas à entidade: uma inclinação contrária às diretrizes neoliberais e o combate ao imperialismo. Tais atributos são basilares e manifestam-se de maneira evidente no epíteto do documento, o qual se configura como um delineamento progressista para “um programa político de acordos da esquerda, partidos e movimentos populares da América Latina e Caribe” (Foro de São Paulo, 2017, p. 1).

O “Consenso de Nossa América” é composto por 9.892 palavras. Ele é iniciado com uma saudação a Fidel Castro, pelo exemplo de unidade e internacionalismo do líder cubano. Segundo o FSP, o documento é dedicado “ao exemplo e à consequência revolucionária do Comandante Fidel Castro”. Em seguida é apresentado o sumário do texto, que se divide em: (1) “Preâmbulo”; (2) “Os valores e princípios que nos unem”; (3) “A realidade que queremos transformar (diagnóstico)”; (4) “Orientações estratégicas: que fazer?”; (5) “O instrumento político para a mudança”; e (6) “Conclusões e recomendações”.

O preâmbulo expõe o propósito de fomentar o avanço dos movimentos progressistas e de esquerda na América Latina e Caribe. Articula-se, ademais, a crítica de que o capitalismo se manifesta como um ente predatório em relação à sociedade e ao meio ambiente e de que a presente etapa de financeirização dessa forma de organização econômica desempenha um papel especulativo, constitui o instrumento do neoliberalismo, que subverte os princípios do capitalismo clássico, e é a expressão da voracidade de um modelo desenfreado que é o âmago do capitalismo: a acumulação incessante.

O propósito fundamental do “Consenso de Nossa América” reside na fomentação da unidade entre as organizações signatárias, constituindo uma iniciativa estratégica que respeita as singularidades e peculiaridades de cada país e das entidades que compõem o FSP.

No tópico “Os valores e princípios que nos unem”, o documento destaca a preservação da unidade na diversidade, o combate ao neoliberalismo e imperialismo, além de rechaçar “qualquer tipo de intervenção que viole a soberania de nossos povos” (Foro de São Paulo, 2017, p. 9).

O tópico “A realidade que queremos transformar (diagnóstico)” se inicia com a afirmação de que “o imperialismo e as oligarquias constituem nossos principais adversários” (Foro de São Paulo, 2017, p. 10). Essa seção procede a uma investigação criteriosa dos dilemas econômicos, políticos e sociais inerentes à região em questão, delineando um panorama destinado a compreender as estruturas institucionais e socioeconômicas vigentes e articular formas de contraposição a tais configurações.

O texto prossegue com a seção intitulada “Orientações estratégicas: que fazer?”¹⁴, a qual se inaugura com a ênfase na imprescindibilidade de um projeto que seja genuinamente integracionista e internacionalista, visando à alteração e transformação qualitativa da América Latina e Caribe. Nessa seção, articula-se um conjunto de diretrizes primordiais que devem ser observadas, abrangendo tanto as esferas econômicas quanto as sociais e políticas.

O documento postula que a implementação do programa especificado requer a utilização de instrumentos políticos apropriados. Sob essa perspectiva, a seção intitulada “O instrumento político

para a mudança” delineia um conjunto de preceitos destinados a promover o desenvolvimento das organizações políticas do FSP, as quais serão incumbidas de avançar com as diretrizes estabelecidas no “Consenso de Nossa América”.

O “Consenso” termina com a seção “Conclusões e recomendações”. Nele, o FSP preconiza a responsabilidade de fortalecer esse órgão, conduzindo a tarefa “de orientação e condução do sujeito revolucionário ‘nosso-americano’, verdadeiro construtor da Pátria Grande e da sociedade pós-capitalista sem exploração nem injustiças”. Por fim, recomenda ainda a sistematização das experiências de construção do “poder popular e economia social” (Foro de São Paulo, 2017, p. 26), conduzidas pelos governos progressistas.

Conforme elucidado neste artigo, a construção da “economia política” do FSP representa um tema de inegável relevância, cuja essência é revelada através do “Consenso de Nossa América”. Tal documento é notabilizado pela influência de um leque heterogêneo de vertentes teóricas e práticas, historicamente cunhadas pelas organizações que compõem o Foro. Essas correntes ideológicas subsistem em uma interação caracterizada por “unidade e luta”, convergindo para uma síntese assentada, sobretudo, nos alicerces do antineoliberalismo e da resistência ao imperialismo. A articulação desses preceitos estratégicos e programáticos é indissociável do processo de forjar uma integração e identidade regional, atributos que demarcam o FSP como uma manifestação distintivamente latino-americana e caribenha. Na seção subsequente, empreender-se-á uma análise acerca da possibilidade de tal identidade ser delineada como um *contrabloco histórico* regional.

Ao pleitear vias alternativas ao neoliberalismo e fomentar uma integração regional soberana, a organização estabelece-se como vanguarda intelectual, ética e política, almejando a constituição de um *contrabloco histórico*

14 O nome do tópico faz referência velada ao livro *Que fazer?: questões candentes de nosso movimento*, escrito por Vladimir Lênin entre o outono de 1901 e fevereiro de 1902. O livro se tornou um clássico da literatura revolucionária, pois apresenta um manual prático da organização de um partido revolucionário. A inovação reside justamente na apresentação de uma teoria da organização, que “seria a forma mais adequada para uma ação política coletiva eficaz, de onde deriva uma teoria da ação política: a ação política revolucionária só poderia ser coletiva e dotada de uma vontade e de uma direção” (Lênin, 2020 p. 7).

6. O FSP COMO *CONTRABLOCO HISTÓRICO* LATINO-AMERICANO E CARIBENHO?

A noção de *bloco histórico*, conforme articulada pelo filósofo marxista Antonio Gramsci, é um conceito seminal desenvolvido no século XX. Segundo a interpretação de Portelli (1987), a dissecação analítica desse conceito demanda a apreciação de certos elementos cruciais: a quintessência do bloco histórico é encontrada na inter-relação entre a estrutura — consistindo na base material e nas forças produtivas — e a superestrutura, que abarca tanto o aparato governamental quanto a sociedade civil, incluindo suas instituições inerentes. Tal interconexão, ou, mais precisamente, a unidade dialética que dela surge, cimentada por uma organicidade intrínseca, é relevante para uma configuração social concreta e discernível:

Se considerarmos um bloco histórico, isto é, uma situação histórica global, distinguimos aí, por um lado, uma estrutura social — as classes que dependem diretamente da relação com as forças produtivas —, e, por outro lado, uma superestrutura ideológica e política. O vínculo orgânico entre esses dois elementos é realizado por certos grupos sociais cuja função é operar não ao nível econômico, mas superestrutural: os intelectuais. Essa camada social diferenciada é, segundo Gramsci, a dos “funcionários da superestrutura” (Portelli, 1987, p. 15).

Assim, a formação de um bloco histórico materializa-se, tal como delineado por Portelli (1987), com a integração de uma estrutura social por meio da edificação de um sistema hegemônico. Esse sistema é engendrado por uma classe fundamental que confere a gestão aos intelectuais. Nesse panorama, a dissecação do bloco histórico mostra-se inseparável da investigação da *hegemonia*. A noção de hegemonia, tal como concebida por Gramsci e interpretada por Bianchi e Mussi (2021), alude à supremacia de uma entidade política na criação e manutenção de um consenso abrangente no âmbito da sociedade civil. Tal supremacia é fruto de uma relação dialética entre coação e consenso, intermediada por uma coalizão interclasses, na qual uma classe dominante impõe sua influência política e cultural sobre os seus consortes sociais. Portanto, a hegemonia distingue-se da dominação absoluta, que se manifesta preponderantemente por intermédio de métodos violentos.

Os intelectuais preservam sua posição de destaque na formulação explícita das dinâmicas que interligam a infraestrutura e a superestrutura, elementos essenciais na composição do bloco histórico. Portelli (1987), ao evocar Gramsci, salienta que cada camada social, oriunda do substrato fundamental de uma função econômica intrínseca, simultaneamente à sua gênese, produz múltiplas camadas de intelectuais. Estes conferem coesão à camada social e consciência acerca das funções dela, ultrapassando a esfera material (econômica) para englobar os domínios sociais e políticos. Nessa perspectiva, os intelectuais são reconhecidos como os “operadores da superestrutura”, desempenhando o papel de *intelectuais orgânicos*.

A formação dessa camada social singular, que se encontra intrinsecamente ligada à infraestrutura, atribui aos intelectuais orgânicos o encargo de elaborar e gerir a superestrutura que norteará o percurso de uma específica conjuntura histórica. Sob tal enfoque, Alarcon e Melo (2023) propõem em sua análise que o FSP pode ser considerado uma espécie de *intelectual orgânico*, exercendo uma função primordial na coordenação e orientação das dinâmicas sociopolíticas da atualidade:

Destarte, parece-nos que o FSP pode ser considerado uma espécie de “intelectual orgânico” coletivo internacional, pois é um espaço de debate crítico, em busca de consensos progressivos e unidade de ação, com uma práxis derivada de suas formulações políticas



Protesto contra o imperialismo estadunidense durante o 25º Encontro do Foro de São Paulo, ocorrido em Caracas (Venezuela), de 24 a 28 de julho de 2019

e ideológicas. Obviamente, como em qualquer organização formada por integrantes com liberdade de manifestação e opinião, é comum que as lideranças partidárias sejam críticas até em relação ao próprio FSP, e evidenciem seus limites e insuficiências (Alarcón; Melo, 2023, p. 139).

Um elemento que merece destaque é a singularidade impressa por Gramsci à noção de bloco histórico. Tal como esclarecido por Portelli (1987), a essência orgânica do vínculo entre a superestrutura e a infraestrutura, evidenciada nas esferas intelectuais e em sua função primordial de preservar tal conexão, sobressai em contraste com a análise leninista acerca da tática da classe trabalhadora. Esta, por sua vez, propende a conceber o bloco histórico simplesmente como uma aliança entre classes distintas. É incontestável que o legado gramsciano está profundamente ligado ao de Lênin, ambos enriquecendo-se mutuamente através das contribuições teóricas deste último:

Lênin desenvolve a teoria marxista em função das sociedades “orientais” pré-capitalistas, daí a importância que atribui ao aparelho de Estado, à ditadura do proletariado, ao aspecto “militar” e centralizado do partido. Gramsci beneficia-se do legado de Lênin para elaborar sua análise da superestrutura: retoma o estudo da sociedade política, do partido, da hegemonia; nisso Gramsci é leninista (Portelli, 1987, p. 123).

Assim, ancorando-se na noção gramsciana de *bloco histórico* e na importância conferida ao papel dos *intelectuais orgânicos*, infere-se que o FSP, através de seus elementos constitutivos, representa um estrato fundamental para outorgar organicidade à interconexão existente entre infraestrutura e superestrutura na América Latina e Caribe. A entidade, mediante uma composição interna pluralista e democrática, emprega como metodologia a busca por consensos e sínteses analíticas que respeitem o princípio da “unidade na diversidade”. Nesse quadro, o Foro atua como um “agente da superestrutura”, visto que, segundo



Charge da revista *The Economist* ironiza a crise econômica de 2008 utilizando Humpty Dumpty (personagem de conto de fadas que cai de um muro) para representar grandes instituições financeiras quebrando. Na cena, enquanto membros da equipe de resgate escalam o muro de Wall Street, um deles, trajando colete do FED (Banco Central dos EUA), comenta: “Parece que a crise imobiliária está tendo um final feliz.” “As ações das indústrias de cola estão subindo!”, retruca outro

Alarcon e Melo (2023), as diversas análises e prognósticos efetuados pelo FSP revelaram-se acurados ao anteciper a reação conservadora na região, bem como formaram um alicerce teórico sobre o qual se fundamentam os êxitos recentes das forças progressistas em nações como Brasil e Colômbia.

É de suma importância reconhecer que a atuação da organização em análise está inexoravelmente atrelada a um contexto histórico singular. Ressalta-se, assim, a relevância de analisar o período subsequente ao ocaso do socialismo soviético, caracterizado por um retrocesso ideológico entre as vertentes progressistas. O FSP surgiu como um contraponto a esse período de refluxo, direcionando suas estratégias não para uma iminente “transição socialista”, mas para uma oposição prioritária às políticas de cunho neoliberal e à influência imperialista. Ao pleitear vias alternativas ao neoliberalismo e fomentar uma integração regional soberana, a organização estabelece-se como vanguarda intelectual, ética e política, almejando a constituição de um *contrabloco histórico*¹⁵ em oposição às diretrizes das facções mais ortodoxas das elites dominantes locais, em conluio com o imperialismo, notadamente o estadunidense.

Como membro proativo da sociedade civil, o FSP dedica-se à consolidação de uma *hegemonia* contrária às práticas neoliberais e imperialistas, respeitando simultaneamente as singularidades de cada nação da América Latina e Caribe. No exercício de funções no domínio da sociedade política, as organizações que pertencem à entidade esforçam-se para

¹⁵ Concebido como um campo de oposição ao atual *bloco histórico* — cuja hegemonia repousa sobre as classes dominantes da América Latina e Caribe, em aliança com o imperialismo —, o referido bloco consubstancia, como manifestação fundamental, a preservação do modelo neoliberal, tanto em suas dimensões estruturais quanto superestruturais.

Observa-se que a entidade desempenha o papel de um *intelectual orgânico* coletivo, orquestrando iniciativas para superar obstáculos transnacionais e fomentar a integração entre as nações latino-americanas e caribenhas

fomentar, através dos mecanismos estatais, a concepção de uma América Latina soberana, equitativa e integrada de forma não subordinada. Esses são os pilares fundamentais de um *intelectual orgânico*, indispensável para a transformação da superestrutura, a formulação de novos consensos no âmbito da sociedade civil e a reestruturação da sociedade política no contexto latino-americano e caribenho.

O “Consenso de Nossa América” emerge como um marco significativo na aspiração de estabelecer um *contrabloco histórico* alternativo no contexto latino-americano e caribenho, articulando estratégias abrangentes e programas para as entidades associadas ao FSP. Propõe, ademais, a formulação de diretrizes políticas a serem implementadas por tais organizações no exercício de suas funções nos aparatos estatais. No entanto, deve-se admitir que a constituição efetiva de um *contrabloco histórico* advém unicamente da síntese dialética entre a infraestrutura e a superestrutura. Este constitui o desafio central para as organizações do Foro: fomentar o avanço das forças produtivas respeitando as particularidades nacionais e, em última instância, reconfigurar a posição da América Latina e Caribe na divisão internacional do trabalho. Por fim, isso só é possível através da conquista do poder em cada país. Esse desafio se desenrola em um panorama no qual a contenda política se acirra e as condições conjunturais se modificam com celeridade. Cabe ao FSP intensificar a discussão e a construção de alternativas, desempenhando o papel de um *intelectual orgânico* no processo de formação de um *contrabloco histórico* regional.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, empreendeu-se uma análise metódica com o intuito de discernir a formação de uma “economia política” inerente ao Foro de São Paulo. Mediante a exposição de um quadro histórico geral da organização, enfatizando sua progressão estrutural e o papel de eventos fundamentais na consolidação de seu arcabouço, delineamos o modo pelo qual tal evolução exerceu influência na concepção de uma crítica ao capitalismo e na articulação de propostas alternativas para o desenvolvimento socioeconômico da América Latina e Caribe.

Através da análise dos documentos finais dos encontros do Foro, revelou-se a formulação de um arcabouço teórico distintivo, que se concentra na oposição ao neoliberalismo e ao imperialismo, assim como na procura por uma integração regional e opções socialistas. O FSP, ancorado nesses princípios fundamentais e respeitando sua diversidade interna, esforça-se para alcançar uma síntese de diretrizes estratégicas e programáticas para as organizações que compõem a referida entidade.

Esse empreendimento intelectual atinge seu ápice com o “Consenso de Nossa América”, que representa a quintessência de uma economia política própria do Foro. O documento é aclamado como um divisor de águas teórico, estabelecendo um conjunto de princípios norteadores para a militância política progressista na região, como contraponto aos desafios subsequentes à crise capitalista de 2008, bem como um esquema básico para a intervenção das entidades associadas ao FSP nos aparatos estatais locais.

Em conclusão, observa-se que a entidade desempenha o papel de um *intelectual orgânico* coletivo, orquestrando iniciativas para superar obstáculos transnacionais e fomentar a integração entre as nações latino-americanas e caribenhas. O “Consenso de Nossa América” representa mais uma ação deliberada desse agente no intuito de formar um *contrabloco histórico* regional, promovendo a articulação de estratégias e programas das organizações vinculadas ao FSP.

* Politólogo formado pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Mestre em Ciências Humanas e Sociais e doutor em Economia Política Mundial pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Coordenador de Formação na Diretoria de Formação Política da Fundação Perseu Abramo (FPA).

► Texto recebido em 21 de junho de 2024; aprovado em 24 de maio de 2025.

ALARCON, Pietro L.; MELO, Ricardo Abreu de. As esquerdas na América Latina e as razões da resiliência do Foro de São Paulo. **Princípios**, v. 42, n. 167, p. 126-141, 2023.

BIANCHI, Alvaro; MUSSI, Daniela. Pequeno glossário gramsciano. **Cult**, 27 abr. 2021. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/pequeno-glossario-gramsciano>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 21, n. 1, p. 3-23, 1991.

FORO DE SÃO PAULO. **Breve historial y fundamentos**. [S.l.]: Foro de São Paulo, 12 out. 2020. Disponível em: <<https://forodesaopaulo.org/breve-historial-y-fundamentos>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

_____. **Consenso de Nuestra América/Consenso de Nossa América**. [S.l.]: Foro de São Paulo, 22 fev. 2017. Disponível em: <<https://forodesaopaulo.org/consenso-de-nuestra-america-consenso-de-nossa-america>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

_____. **Miembros del Foro de São Paulo ordenados por países**. São Paulo: Foro de São Paulo, [s.d.(a)].

_____. **Partidos del Grupo de Trabajo del Foro de São Paulo ordenados por países**. [S.l.]: Foro de São Paulo, [s.d.(b)].

KEERAN, Roger; KENNY, Thomas. **O socialismo traído**: por trás do colapso da União Soviética. Lisboa: Avante!, 2008.

LANGE, Oskar. **Economia**. São Paulo: Ática, 1981. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 18).

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Cadernos filosóficos**: Hegel. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **O que fazer?**: questões candentes de nosso movimento. Boitempo, 2020.

MARTÍ, José. **Nossa América = Nuestra América**. Brasília: Editora UnB, 2011.

MARX, Karl. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: _____. ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Vitória, 1956. v. 1, p. 313-321.

MELO, Ricardo Abreu de. **O Foro de São Paulo**: uma experiência internacionalista de partidos de esquerda latino-americanos (1990-2015). 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PAES, Ana Claudia et al. Valter Pomar: “Foro de São Paulo é uma organização plural e democrática”. **Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil**, 25 jul. 2023. Disponível em: <<https://opeb.org/2023/07/25/valter-pomar-foro-de-sao-paulo-e-uma-organizacao-plural-e-democratica>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

POMAR, Valter. **A Metamorfose**. 2. ed. São Paulo: Editora 13, 2016.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

REGALADO, Roberto. El Consenso de Nuestra América: el interrumpido intento de revitalizar el trabajo político hacia América Latina y el Caribe. **Rebelión**, 4 mayo 2023. disponível em: <<https://rebelion.org/el-consenso-de-nuestra-america-el-interrumpido-intento-de-revitalizar-el-trabajo-politico-hacia-america-latina-y-el-caribe>>. Acesso em: 13 nov. 2025.

_____. El Foro de São Paulo: reacción de la izquierda latinoamericana frente a la caída del Muro de Berlín. In: KERSFFELD, Daniel (Ed.). **Desde sus cenizas**: las izquierdas en América Latina a 25 años de la caída del Muro de Berlín. Quito: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2015. p. 409-422.

REGALADO, Roberto. **Encuentros y desencuentros de la izquierda latinoamericana**: una mirada desde el Foro de São Paulo. México, DF: Ocean Sur, 2008.

_____; POMAR, Valter. **Foro de São Paulo**: construindo a integração latino-americana e caribenha. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2013.

VAROUFAKIS, Yanis. **O minotauro global**. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.